



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

RELATÓRIO AD HOC

Projeto de Lei Ordinária nº 139/2023

Autor: Prefeito do Município

Proposição que: "Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Monte Mor, e dá outras providências".

1. Relatório

Vem a este ilustre colegiado de nobres vereadores apresentar análise e emissão de parecer, ao Projeto de Lei Ordinária nº 139/2023, de autoria do poder executivo, que visa dispor sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Monte Mor, e dá outras providências.

Segundo justificativa anexa à proposição encaminhada pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Monte Mor, in verbis:

SENHOR PREDENTE,
Senhores Vereadores,

Submetemos a apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que: "Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Monte Mor, e dá outras providências.

A edição do presente Projeto de Lei visa atender a necessidade de colocar o Município de Monte Mor em condições de participar do Sistema Nacional de Cultura e, do Sistema Estadual de Cultura. A igualdade e a plena oferta de condições para as diversas expressões culturais são cada vez mais reconhecidas como parte de uma nova =geração dos direitos humanos, fundamentados pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216. O poder público deve garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais, entre eles: Direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito ao patrimônio cultural).

O Sistema Municipal de Cultura -SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

De acordo com a legislação brasileira, cabe ao poder local, representado institucionalmente pelo Município (ente federativo com autonomia política, financeira e administrativa) assumir o desenvolvimento de ações e atividades culturais a serviço da comunidade, podendo, para tanto, articular-se com instâncias do Estado e da União, em busca de parcerias para projetos de interesse comum às três esferas de governo.

As políticas culturais, com o viés do público que pertence ao coletivo, são um compromisso que transcende os limites da pasta de cultura dos governos e deve envolver a sociedade civil organizada, o setor privado e universidades



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

Para que esse marco histórico se concretize, precisamos reconhecer a importância da cultura como instrumento de cidadania e democracia, como motor-gerador de riqueza, que transforma o produto da criatividade humana em bem-estar social e garantia da paz. Além deste reconhecimento é preciso criar estratégias, processos e mecanismos que viabilizem sua implementação.

Pode-se dizer que a política cultural, comparada a outras políticas públicas, como saúde e educação, ainda está na infância, no que se refere à estrutura institucional, formação técnica de gestores, legislação complementar e existência de uma base de dados e indicadores que possibilita o planejamento de longo prazo.

Essas são as razões que nos levam a apresentar o presente Projeto de Lei.

Em face da relevância da medida proposta, de justo, real e legítimo interesse público e pelos motivos expostos, solicito que a sua apreciação se faça em REGIME DE URGÊNCIA, na forma das disposições constantes do artigo 29, da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, plenamente justificada, de modo a possibilitar o desenvolvimento da Administração Pública.

Na certeza que o Senhor Presidente fará o devido encaminhamento e que os Nobres Vereadores, integrantes desta Nobre Casa de Leis, aprovarão o presente Projeto de Lei

2. Parecer do Relato

Primeiramente, consta-se que a matéria tratada no projeto é de competência municipal, de interesse local, encontrado respaldo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal. Verifica-se também, que a iniciativa vem arrimada no artigo 26, §1º, inciso II, alíneas a, b, c, também no artigo 29, da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, e por fim encontra-se amparo no Artigo 170 Incisos I e II do regimento interno da Câmara, sendo assim, uma matéria plenamente justificada, os quais dispõem que a iniciativa referente a este projeto é do Prefeito Municipal, de modo a possibilitar o desenvolvimento da Administração Pública.

Assim sendo, temos que a proposta está dentro do feixe de atribuições reservado de forma privativa ao Prefeito do Município, em sua missão de exercer a direção superior da Administração Pública municipal, valendo-se, portanto, dos meios necessários à consecução dos objetivos que lhe foram confiados nas urnas.

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a formalizar o Sistema Municipal de Cultura de Monte Mor, componente importantíssimo para a consolidação das políticas permanentes de acesso à cultura no município. Dessa forma, opino no sentido de que o parecer do pleno desta egrégia casa de leis seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 139/2023, de autoria do prefeito do município.

Sala das Sessões Vereador Helio Nemer, 05 de outubro de 2023.

**Professor Adriel
VEREADOR RELATOR**